



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo nº 0304709-0 - Recife (7º Vara da Fazenda Pública)

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Embargado : Jaybson Guerra Interaminense

Defensor Público: João Paulo Guedes Acioly

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. O objetivo da presente ação é compelir o Estado de Pernambuco ao fornecimento de Maleato de Sunitinibe (SUSTENT), 50mg/dia, por 3 meses, uma cápsula ao dia, mediante a apresentação de receituário médico pelo Dr. Alexandre César V. Sales, CRM 13.430, haja vista estar acometido de Carcinoma de Células Renais CID C64, com tumor de alta agressividade.

2. Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado no Recurso de Agravo, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

4. Nesse sentido, não se deve confundir omissões com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa.

5. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração no Recurso de Agravo nº 0304709-0**, em que figuram, como Embargante **Estado de Pernambuco**, e, como Embargado **Jaybson Guerra Interaminense**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo embargante, conforme relatório e voto em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo nº 0304709-0 – Recife (7ª Vara da Fazenda Pública)

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Cristina Câmara Wanderley Queiroz

Embargado : Jaybson Guerra Interaminense

Defensor Público: João Paulo Guedes Acioly

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

02

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Estado de Pernambuco** em face do acórdão proferido no Recurso de Agravo em sede Apelação Cível nº 0304709-0.

O objetivo da presente ação é compelir o Estado de Pernambuco ao fornecimento de Maleato de Sunitinibe (SUSTENT), 50mg/dia, por 3 meses, uma cápsula ao dia, mediante a apresentação de receituário médico pelo Dr. Alexandre César V. Sales, CRM 13.430, haja vista estar acometido de Carcinoma de Células Renais CID C64, com tumor de alta agressividade.

O pedido de tutela antecipada foi deferido às fls. 20.

Instruído o processo, o juízo de primeiro grau, confirmando a tutela antecipada concedida, julgou procedente o pedido, determinando que o Estado de Pernambuco forneça os medicamentos ao autor, atinando para a mudança de dosagem prescrita nos laudos médicos de fls. 65/69, na seguinte forma: Sunitibe (Sutent) 37,5 mg, enquanto perdurar a necessidade de sua ingestão. (fls. 94/95)

Irresignado, o Estado de Pernambuco interpôs Apelação Cível às fls. 115/122/versus, alegando, em síntese, que a decisão vergastada representou indevida intromissão do Judiciário na esfera da Administração Pública, e que a manutenção da decisão ora impugnada afetará o equilíbrio financeiro e orçamentário da Administração, eis que prejudica a capacidade do SUS em atender um maior número de pacientes, ante a inobservância do Protocolo de Diretrizes fixado pela Secretaria de Saúde para tratamento especializado e que não há previsão do medicamento na Portaria do Ministério da Saúde. Afirma, por fim, que a pretensão deduzida pelo apelado ofende o princípio da igualdade e isonomia, porquanto as ações e serviços públicos de saúde são prestados à coletividade de forma impessoal.

Decisão monocrática às fls. 153/155/versus negando seguimento ao presente recurso.

Recurso de Agravo interposto às fls. 161/163 requerendo a reforma monocrática do *decisum*, ou a apresentação do processo em mesa conforme estabelece o art. 557, § 1º, do Código de processo Civil, submetendo assim o presente Agravo legal ao Julgamento desta Egrégia Câmara Cível.

Acórdão às fls. 170, negando provimento ao recurso, à unanimidade.

O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração, suscitando a existência de omissões e objetiva, ainda, o prequestionamento da matéria para atender aos requisitos de admissibilidade dos recursos extremos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

Pugna, enfim, pelo conhecimento e provimento do presente recurso.

É o que se tem de relevante a relatar.

VOTO

Consoante restou consignado por ocasião do relatório, o embargante preconizou o cabimento dos aclaratórios com fundamento na existência de omissões do *decisum* increpado.

Contudo, penso que, dado o estreitamento da via recursal eleita pelo embargante, seu intento recursal está fadado ao insucesso.

O objetivo da presente ação é compelir o Estado de Pernambuco ao fornecimento de Maleato de Sunitinibe (SUSTENT), 50mg/dia, por 3 meses, uma cápsula ao dia, mediante a apresentação de receituário médico pelo Dr. Alexandre César V. Sales, CRM 13.430, haja vista estar acometido de Carcinoma de Células Renais CID C64, com tumor de alta agressividade.

O fundamento para conceder o pedido foi a existência de violação ao artigo 196 da Constituição Federal, qual seja, o direito à saúde, e, consequentemente, à vida, ambos previstos constitucionalmente.

Pela leitura dos embargos percebe-se, pois, que estes apenas foram manejados com intuito de rediscutir a matéria, fruto da irresignação do Estado com o resultado obtido no processo.

Seus argumentos são genéricos, no intuito de fazer crer que este órgão julgador foi omissor, apenas porque não lhe concedeu o direito pleiteado.

Tem-se que não se deve confundir omissões com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do embargante, deve ele se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador, e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado no Recurso de Agravo, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

Desta feita, e uma vez que a real pretensão do embargante ao se valer dos presentes aclaratórios não se coaduna com o estreitamento da via recursal eleita, imperioso se faz rejeitar os presentes embargos de declaração.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SÚMULA N. 98/STJ. IRPJ E CSLL. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - PDD. RESOLUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

1.748/90, CMN/BACEN. ART. 9º DA LEI N. 8.541/92 E ART. 43 DA LEI N. 8.981/95. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.

1. **Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.**

2. Na dedução da base de cálculo do Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deve ser observado o limite imposto pelo art. 9º, da Lei n.

8.541/92 e pelo art. 43, da Lei n. 8.981/95, relativo à Provisão para Devedores Duvidosos - PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa). Precedentes: REsp. n. 413.919 - PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.09.2002; REsp. n. 234.536 - CE, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 12.05.2005; e REsp. n. 707.044 - MG, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.11.2005.

3. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". (Súmula n. 98/STJ).

4. Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar a multa aplicada.

(STJ - REsp 1268609 / MG, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data de Julgamento: 08/11/2011- sem grifos no original)

Note-se, ainda sim, que, mesmo quando visem especificamente ao prequestionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Ante o exposto, e sem mais delongas, **REJEITO** os embargos declaratórios ofertados pelo Estado de Pernambuco face a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC, capazes de ensejar a integralização daquele *decisum*.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator